
ENTREVISTA REALIZADA COM FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO¹: Estrutura do mercado de trabalho dos municípios integrantes do Plano Mais IDH

Entrevista realizada pela Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima² com o Secretário de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Prof. Dr. Francisco Gonçalves da Conceição.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - De acordo com os diagnósticos já realizados acerca dos trinta municípios do Programa Mais IDH, quais os maiores entraves que o senhor identifica para a geração de trabalho e renda nos municípios que integram o Plano Mais IDH no Estado do Maranhão?

Francisco Gonçalves da Conceição - O Plano de Ações Mais IDH é uma das principais estratégias do Governo do Estado no enfrentamento às desigualdades sociais no Maranhão. Seu principal objetivo é a redução da extrema pobreza, com promoção de justiça social e cidadania para as populações mais vulneráveis. Não por outro motivo, o Mais IDH foi uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo estadual no início da gestão, já no dia 2 de janeiro de 2015.

Por considerar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como referência para a sua atuação, as três principais dimensões do Mais IDH são longevidade, escolaridade e renda. Em todas elas, temos grandes desafios, já que o plano é pensado como uma tática de enfrentamento à pobreza no Estado, a partir da premissa de que esta é resultante de um processo histórico, social e cultural.

Em âmbito da renda, o Maranhão figura como o estado com maior percentual de pessoas extremamente pobres do Brasil (25,8%), segundo o Censo 2010. São 18 municípios com um percentual de extremamente pobres com índice superior ou igual a 50% de seus habitantes, enquanto os demais estados do país possuem, no máximo, três municípios nesse ranking.

Isso, claro, é fruto de um processo histórico e contextual. Perpassa fatores de cunho estruturante, tanto do ponto de vista urbano, quanto do ponto de vista social. Este cenário nos ajuda a entender a mazela da exclusão social que acomete grandes segmentos da população, que, sem capacitação técnica, enfrentam baixa empregabilidade e, às vezes, condições precárias de trabalho em muitos municípios do Estado. Também é importante mencionar a falta de políticas públicas voltadas à geração de renda, os baixíssimos investimentos em infraestrutura e em ações de formação e qualificação profissional.

¹ Doutor em Comunicação e Cultura, Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e atual Secretário da SEDIHPOP.

² Economista, Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

A partir deste contexto e da análise do primeiro ano de execução do Mais IDH, o Comitê Gestor do Plano (presidido pelo Governador do Estado) estabeleceu um Grupo de Trabalho Intersectorial e Multidisciplinar com o objetivo de implementar novas estratégias de desenvolvimento da renda urbana e periurbana nos municípios beneficiados pelo Plano Mais IDH. A ação, coordenada pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), foi executada entre os meses de julho e setembro de 2016, e contou com o apoio de outras oito Secretarias e órgãos.

O trabalho deste grupo foi realizado *in loco* nos trinta municípios do Mais IDH, através de debates temáticos com a sociedade civil relacionados à geração de renda e de atividades de diagnóstico e identificação de potencialidades a serem desenvolvidas, priorizando três dimensões, que dialogam com as forças naturais de cada região: (1) Unidades de Produção Familiar (Agricultura Familiar e Extrativismo), (2) Turismo, Artesanato e Trabalhos Manuais e (3) o desenvolvimento do comércio local.

A partir deste diagnóstico, verificou-se que a ação do estado precisa ser reforçada, com ação multidisciplinar. Precisamos pensar a cadeia produtiva por trás de cada uma destas dimensões, porque, a agricultura familiar, por exemplo, não diz respeito apenas ao produtor rural. Devemos analisar toda a lógica que passa pela produção, distribuição e consumo, considerando múltiplos fatores. O mesmo se aplica ao turismo e ao comércio.

Em outras palavras, o principal desafio é que as mudanças para a geração de renda devem ser estruturantes, e não apenas pontuais. Devemos considerar as múltiplas etapas de cada um dos processos e pensar políticas públicas sustentáveis, que permitam aos municípios fortalecer a sua própria dinâmica econômica e, posteriormente, ter a capacidade de andar com as próprias pernas.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - No que se refere à estrutura da ocupação destes municípios, na qual predomina a ocupação no setor agropecuário, quais as potencialidades e os desafios para o enfrentamento da condição de pobreza e extrema pobreza que caracteriza tais municípios?

Francisco Gonçalves da Conceição - É importante compreender que o Maranhão é, proporcionalmente, o estado brasileiro com maior população rural. Quase 37% da população do estado vive em zonas não-urbanas. Nos municípios beneficiados pelo Plano Mais IDH, este número chega a 65,9% do total de habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. E no estado, estudos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) indicam que a pobreza se concentra majoritariamente no meio rural. E isso, claro, não acontece por coincidência.

A pobreza é um fenômeno histórico e multidimensional com implicações sociais, econômicas e até culturais. A condição do pobre ultrapassa a privação de recursos materiais – ao pobre

também lhe é cerceado o direito à livre expressão, o acesso à saúde básica, e à infraestrutura física, humana, social e ambiental. A pobreza é, na verdade, um conjunto de situações de vulnerabilidade na qual existe uma maior exposição ao risco. No Maranhão, vimos de um processo onde esses 37% da população estiveram escondidos por décadas, tornando-se invisíveis. E isso é bastante grave.

Ter claro o que significa a pobreza é o primeiro passo para enfrentá-la. E essa é a natureza do Plano Mais IDH: combater a extrema pobreza, através da promoção de justiça social e cidadania, que são duas das principais bandeiras políticas dos Direitos Humanos atualmente.

Adicionalmente, essa lógica considera uma nova forma de pensar a matriz de desenvolvimento do Maranhão, com ação focada na agricultura familiar, considerando o perfil dos problemas sociais e do potencial produtivo do estado. Não por acaso foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que nasce com o objetivo de focar a sua ação naqueles que por muito tempo foram vistos como *o foco da pobreza* - e que nós vemos como *a chave para a prosperidade*, que são os agricultores familiares.

Uma vez listadas as limitações que enfrentamos, devemos partir para o trabalho com as nossas fortalezas, utilizando-nos do potencial produtivo que o Maranhão tem latente. Na agricultura, temos que fortalecer as culturas anuais, o cultivo de frutíferas e hortaliças; devemos também incentivar a pecuária (animais de pequeno e grande porte), a pesca artesanal e a aquicultura, além do extrativismo (coco babaçu, carnaúba, buriti, juçara, principalmente).

Tudo isso, claro, precisa levar em conta temas estruturantes: a preservação dos ecossistemas, a regularização fundiária e o acesso à terra, o acesso a tecnologias produtivas e de preparação do solo, as dificuldades de acesso a crédito e de assistência técnica contínua. Apesar de serem desafios iniciais, são também políticas públicas que orbitam a prioridade do Governo, e que estão na pauta central do Plano Mais IDH.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - *Há estratégias pensadas pelo atual governo, direcionadas para a diversificação da estrutura produtiva dos municípios do Mais IDH, no sentido de potencializar a geração de trabalho e renda?*

Francisco Gonçalves da Conceição - Sim, sobretudo porque melhorar a renda significa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Como mencionei há pouco, com o relatório produzido no último mês de setembro pelo Grupo de Trabalho de Produção e Renda do Plano Mais IDH, foram traçadas estratégias para fomentar o desenvolvimento da renda nos municípios beneficiados pelo plano.

Há que lembrar que, em geral, os municípios do Plano Mais IDH possuem um perfil semelhante: população de, em média, 20 mil habitantes, perfil rural, emancipação política recente e uma grande dependência de transferências fiscais e tributárias. Para que as ações em favor dos municípios superem essa lógica, devem ser compreendidas estratégias de planejamento regional.

Por um lado, entendemos o potencial agropecuário e a importância da unidade de produção familiar no Maranhão - que terá o apoio ainda mais presente de políticas públicas para garantir assistência técnica contínua, o desenvolvimento de mercados institucionais, aumentar a oferta de crédito rural, e permitir uma melhor logística de escoamento da produção.

Por outro lado, sabemos que há outros potenciais focalizados em diferentes regiões do estado, e que merecem especial atenção. É o caso do turismo, em municípios como Santo Amaro, Primeira Cruz e Araisos, do Artesanato em outras doze localidades e do impulsionamento do comércio em outras.

Para cada uma destas dimensões, estão sendo desenvolvidas ações integradas do Estado, que contemplarão melhoria de infraestrutura, capacitação técnica e parcerias institucionais, na lógica de desenvolver diferentes cadeias produtivas. No turismo, por exemplo, a solução não está apenas em garantir um melhor acesso viário aos municípios. Passa também por discussões sobre capacitação em prestação de serviços, acessibilidade digital, diversificação de formas de pagamento e acesso a serviços bancários.

E essa lógica se aplica a todas as outras dimensões citadas. Sabemos que o desafio é grande, e que a economia de um estado como o Maranhão não se transforma da noite para o dia. Entendemos, porém, que o trabalho é extremamente necessário e que tirar o estado do mapa da miséria depende de que possamos dar maior atenção aos mais vulneráveis socialmente, que por tanto tempo estiveram invisíveis aos olhos do poder público estadual.